

ACTAS

Folha

36

----- ATA NÚMERO SESSENTA E TRÊS -----

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas, reuniu na Rua Fernando Maurício, n.º 37 B – 1950-450 Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da NHC (Social) – Cooperativa de Solidariedade, CRL, com o Capital Social mínimo de 2.500 Euros (dois mil e quinhentos euros), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 504.391.178. A assembleia geral foi convocada, através de carta convocatória, enviada por e-mail, datada de 8 de março de 2025, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único – Discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2024, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório de Auditoria; -----

Na ausência da presidente da Mesa da Assembleia Geral, dirigiu os trabalhos a Vice-Presidente da MAG, Ana Gonçalves Pires, que declarou a Assembleia válida, depois de verificar que a mesma foi regularmente convocada e que havia quórum constitutivo para a sua realização. -----

Estiveram presentes, conforme lista de presenças anexa a esta ata, a totalidade dos membros da Cooperativa: Manuel Fernando Martins Tereso, Albertina Olímpia Pereira Mateus, Jorge António Silva Guilherme, António Júlio Baptista Coelho, José Carlos Sanches, Ana Gonçalves Pires e Novacoop, CRL representada por Manuel Tereso. -----

Passou-se de imediato à discussão do ponto único da ordem de trabalhos: -----

Ponto único – Discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2024, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório de Auditoria; -----

Tomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração que passou, então, à análise do documento em apreciação, referindo que, concluído o exercício social de 2024, pode dizer-se que a NHC (Social) conseguiu cumprir os objetivos a que se tinha proposto, ainda que, apesar dos efeitos das guerras em curso na europa de leste e no médio-oriente, mas também dos efeitos da

inflação e não menos importante do início de um novo ciclo legislativo, com os consequentes constrangimentos, cujas consequências foram notadas no decurso do ano, nomeadamente a não atualização das participações inerentes aos utentes da creche feliz, a NHC Social não deixou de celebrar de forma entusiástica os seus 25 anos de intensa atividade, realizando um vasto conjunto de iniciativas que envolveram os inquilinos, os alunos, os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais, que tiveram o momento mais alto no almoço partilhado, que envolveu os trabalhadores, os membros dos órgãos sociais e as respetivas famílias. Também em 2024 a Creche José Mateus celebrou os seus 10 anos de atividades, cujo ponto alto ficou expresso numa memorável festa de final de ano letivo, com a participação de alunos e familiares e que envolveu os trabalhadores, membros dos órgãos sociais e prestadores de serviços. Para sinalizar as duas celebrações foram oferecidas a todos os inquilinos mantas ignífugas e às crianças da creche José Mateus um puzzle didático. Apesar de tudo, as medidas preventivas de diversa amplitude internamente tomadas e o ligeiro aumento das participações do estado na vertente educação, permitiram-nos enfrentar com esforço e dedicação os efeitos atrás referidos. Relativamente aos aspetos económicos realçou o valor de rendas por receber no final de 2024 que atingiu os 16.217,91€, a que acresce o valor provisionado para rendas em dívida anteriores a 1 de janeiro de 2024 no montante de 4.703,29€, valores em linha com os exercícios anteriores. Realçou ainda a redução em 102.684,54€ das responsabilidades dos financiamentos em curso. -----

Por último, apresentou a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2024, no valor de **36.908,65€** (trinta e seis mil, novecentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos): -----

- ✓ transferir para a conta de Resultados Transitados o montante de **35.000,00€** (trinta e cinco mil euros), -----

ACTAS



Folha 37

- ✓ afetar a importância de **1.908,65€** (mil novecentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) à conta da Reserva para Educação e Formação Cooperativa. -----

A Presidente da Mesa interpelou a Assembleia e, não tendo havido pedidos de esclarecimento, submeteu, então, os documentos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade o relatório e as contas de 2024, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório de auditoria e a proposta de aplicação de resultados. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas onze horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Vice-Presidente da Mesa, que dirigiu os trabalhos. -----

Álvaro Gonçalves Pinheiro

RELATÓRIO E CONTAS

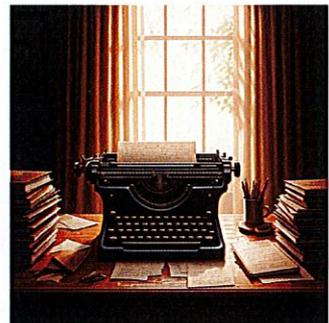
2024



NHC (Social)

Cooperativa de Solidariedade, CRL

28 de março de 2025



Criado com recurso a IA

“O lar é onde nossas histórias são escritas.”

Autor Desconhecido

1 Introdução

1.1 – Missão

A Cooperativa tem como objeto social, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros e em obediência aos Princípios Cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades sociais dos cidadãos que a procuram, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, nomeadamente nos domínios da habitação e educação.

1.2 – Objetivos

Entre outros, os principais objetivos da NHC Social são:

- * Promover o acesso à educação, formação e integração profissional de grupos socialmente desfavorecidos;
- * Resolver e ajudar a resolver problemas habitacionais, nomeadamente promovendo e gerindo habitação protegida para idosos e outros estratos da população vulnerável;
- * Sem prejuízo das suas atividades se destinarem sobretudo aos mais carenciados, a Cooperativa procura sempre obter uma salutar intercooperação entre cidadãos de todos os estratos sociais, promovendo assim a sua sustentabilidade económica e social.

1.3 – Retrospectiva 2024

Apesar dos efeitos das guerras em curso na europa de leste e no médio-oriente, mas também dos efeitos da inflação e não menos importante do início de um novo ciclo legislativo, com os consequentes constrangimentos, cujas consequências foram notadas no decurso do ano, nomeadamente a não atualização das comparticipações inerentes aos utentes da creche feliz, a NHC Social não deixou de celebrar de forma entusiástica os seus 25 anos de intensa atividade, realizando um vasto conjunto de iniciativas que envolveram os inquilinos, os alunos, os trabalhadores e os membros dos órgãos sociais, que tiveram o momento mais alto no almoço partilhado, que envolveu os trabalhadores, os membros dos órgãos sociais e as respetivas famílias. Também em 2024 a creche José Mateus celebrou os seus 10 anos de atividades, cujo ponto alto ficou expresso numa memorável festa de final de ano letivo, com a participação de

alunos e familiares e que envolveu os trabalhadores, membros dos órgãos sociais e prestadores de serviços. Para sinalizar as duas celebrações foram oferecidas a todos os inquilinos mantas ignífugas e às crianças da creche José Mateus um puzzle didático.

Num momento em que as carências habitacionais sentidas pela classe média e pelos jovens se agravam, sem que se verifiquem respostas para as mitigar, a habitação social torna-se, então, recurso valiosíssimo que há que valorizar por parte daqueles que puderam e tiveram a sorte de ter acesso a uma. Há que mantê-la em boas condições, cuidá-la, respeitá-la, para que ela se constitua como o lar acolhedor e feliz que todas as famílias merecem. No entanto, à pressão de quem nos procurava tradicionalmente para aceder a uma das nossas habitações, juntam-se agora as candidaturas de famílias que mesmo com emprego, formação académica e algum rendimento disponível não conseguem aceder às casas que o mercado oferece, nem tão pouco à pouca oferta pública. Este é um novo contexto com o qual nos confrontamos e que nos obriga a uma mais rigorosa gestão de expetativas e necessidades.

Foi neste difícil contexto que acompanhámos o dia-a-dia dos Bairros sites em Leiria, Nisa, Odivelas e Salvaterra de Magos, prestando igualmente um trabalho de acompanhamento dos agregados familiares que ali habitam.

No âmbito do Departamento Educativo, sublinhe-se o funcionamento em pleno da creche José Mateus, sob a Direção Técnica da Dr^a Liliana Casteleiro e a supervisão da Vogal do Conselho de Administração, Dr^a Albertina Mateus. Realce para a implementação plena, desde 1 de setembro, da medida de gratuidade a todas as crianças inscritas na creche, que nos veio colocar novos desafios e estímulos à nossa forma de atuar.

Relativamente ao Departamento de Intervenção Social, de uma forma geral conseguimos manter o nível de cumprimento de pagamento das rendas por parte dos nossos inquilinos, apesar dos efeitos da inflação nos seus orçamentos familiares. Ainda assim, o valor total de rendas por receber em 31 de dezembro de 2024 atingiu o valor de 16.217,91€, depois de criadas imparidades para as rendas em dívida anteriores a 1 de janeiro de 2024 no montante de 4.703,29€.

2 - Os grandes eixos de intervenção

2.1. Ação social



2.1.1 - O arrendamento social

A NHC (Social) é responsável pela gestão – administrativa, financeira, patrimonial e social de cinco empreendimentos de habitação de interesse social, englobando 236 fogos, outras tantas famílias, num universo que engloba mais de 1 000 pessoas. A gestão deste universo complexo, exige um conhecimento profundo das pessoas e das problemáticas inerentes, facto que obriga a um planeamento rigoroso das ações a implementar por forma a conciliar as aspirações de melhoria das condições de vida das pessoas com o equilíbrio orçamental necessário à solvabilidade da organização.

Foi assim que:

- ✓ Em 2024 procedemos ao recálculo de rendas dos inquilinos de Nisa e Odivelas, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025;
- ✓ O trabalho de campo da NHC (Social) junto das populações que apoia foi garantido através de visitas domiciliárias;
- ✓ Foi continuado o trabalho com a rede de parceiros com quem trabalhamos numa relação de confiança e que tanto nos tem ajudado a ultrapassar as necessidades individuais e coletivas dos agregados familiares;
- ✓ Garantimos as intervenções de reparação/manutenção indispensáveis;
- ✓ Continuámos a apoiar a existência de condomínios com o intuito de reforçar a organização, a coexistência pacífica entre moradores e a procura coletiva de soluções para os problemas detetados, através das reuniões presenciais promovidas para o efeito;
- ✓ Reforçámos a ajuda da NHC (Social) aos orçamentos das famílias através da entrega de produtos de higiene e limpeza, de roupas e calçado, de brinquedos e de material escolar, conseguidos por meio da parceria com o Banco de Bens Doados (Entrajuda), num valor global de 10.443,40€;
- ✓ Fizemos um continuado trabalho de responsabilização dos moradores pela manutenção, em bom estado, do fogo que habitam. Pequenas reparações como a troca de uma torneira, a substituição de uma lâmpada ou a pintura interior da casa são da responsabilidade dos moradores. Da responsabilidade da NHC (Social) estão apenas as intervenções estruturais como infiltrações ou ruturas de canalizações. No ano de 2024 foram realizadas obras de manutenção e reparação num montante de 86.550,85€.

Em 2024 foram celebrados três novos contratos de arrendamento, resultantes de outras tantas cessações de contrato. Foram autorizadas três transmissões de contrato para



membro do agregado familiar, por morte de inquilino. Foram autorizadas quatro trocas de habitação por alteração de agregado familiar. Foram aprovados 7 planos de liquidação de dívidas de rendas com outros tantos inquilinos.

No âmbito do PRR e tendo sido considerados beneficiários nas estratégias locais de habitação dos Municípios de Odivelas, Leiria e Salvaterra de Magos, acabámos por não encontrar terrenos compagináveis com o desenvolvimento de habitação a custos controlados em Odivelas, pelo que não haverá novas intervenções neste concelho. Concluímos o processo para a contratação de projetos, fiscalização e empreitada para a reabilitação de 31 fogos em Salvaterra de Magos, cujas obras se iniciaram no início deste ano, tendo registado, até 31 de dezembro de 2024, um montante de investimentos no valor de 41.350,79€. Relativamente ao processo de Leiria a candidatura, embora aprovada, não se concretizou por não ser possível a concretização das obras em tempo útil, aguardando-se a sua aprovação no âmbito da reprogramação do 1ºDireito, para acorrer a todas as candidaturas que não tiveram dotação no âmbito do PRR.

O valor total de rendas faturadas foi de 315.580,12€, acrescido do valor faturado ao Município de Odivelas pelo apoio às rendas dos moradores dos Bairros Gulbenkian e Arroja, no montante de 88.410,22€.

2.1.2 Educação

Apesar das alterações estruturais – exteriores ou internas – provocadas pela plena aplicabilidade da legislação enquadradora da Creche Feliz e também pela mudança de gestão técnica da Creche, e até da saída de uma educadora de infância, facto que nos levou a inovar e a contratar, pela primeira vez, um educador de infância para a substituir, a verdade é que, apesar das mudanças, a equipa educativa se mostrou sempre coesa, estável, revelando um espírito de união e amizade notáveis que se traduziram numa enorme vontade de bem servir, e que fizeram com que o trabalho desenvolvido ao longo do ano tivesse tido a qualidade que quer os pais quer as crianças fizeram questão de reconhecer.

Todas as atividades previstas no PAA foram concretizadas... e muitas outras introduzidas, à medida que as dinâmicas do dia-a-dia as ia exigindo. Foi o caso da visita de uma equipa da Escola Segura da PSP que, com muito carinho, sensibilizou as crianças da sala de autonomia (2 anos) para o cumprimento de regras de segurança rodoviária e pelo respeito para com todos os que, em comunidade, convivem com elas.

Apenas uma palavra para a Festa de Final de Ano: Realizada na Escola Básica Viscondessa dos Olivais, por cordial cedência da Junta de Freguesia dos Olivais, versou o tema “As Emoções” e foi trabalhada tendo por base a leitura e tratamento do livro “O Monstro das Cores”. Com a participação ativa de todas as crianças e a audição atenta e emocionada dos familiares que encheram o espaço, contámos ainda – e como é usual - com a participação da Professora da Invento Musical. A festa contou ainda com uma apresentação da equipa dos pais da sala Autonomia que fizeram questão de homenagear a creche demonstrando, na despedida, toda a sua gratidão pelo trabalho intenso, dedicação e, fundamentalmente, pelo trabalho irrepreensível em equipa.

2.2 Gestão Interna

2.2.1 Gestão Financeira

O mais relevante da atividade financeira operada em 2024, para além da sustentabilidade económica e financeira da Cooperativa no seu todo, foi o facto do resultado económico do exercício ter permitido a amortização dos financiamentos bancários num montante de 102.684,54€ e com isso continuar a reduzir os encargos financeiros anuais.

2.2.1.1 Rendimentos

Da análise da demonstração de resultados e do balancete, constata-se a seguinte proveniência de rendimentos e gastos incorridos:

Conta	Descritivo	Valor	%
72	Prestação de serviços	348.191,50 €	46,98%
75	Subsídio à exploração	325.489,19 €	43,91%
76	Reversões de valores em dívida	5.496,08 €	0,74%
78	Outros rendimentos e ganhos	54.392,52 €	7,34%
79	Juros obtidos	4.653,13 €	1,03%
	Total	741.222,42 €	

Conta 72 – prestação de serviços	
Conta 72111 – rendas habitacionais	315.580,12€
Conta 72115 – receitas da creche	32.611,38€
Conta 75 – subsídios à exploração	
Conta 75102 – Seg. Social – Acordo creche	227.872,84€
Conta 75104 – C M Leiria – condomínios Marrazes	547,20€
Conta 75105 – C M Odivelas – apoio às rendas da Gulbenkian	45.159,81€
Conta 75110 – C M Odivelas – apoio às rendas da Arroja	43.250,41€
Conta 75111 – Apoio custos escritório	6.339,45€
Conta 75112 – CASES – Apoio à digitalização	2.319,48€
Conta 76211 Reversão de dívidas de rendas antigas	5.496,08€
Conta 78 - outros rendimentos e ganhos	
Conta 7872 Sinistros - seguros	50.417,39€
Conta 7881 correções de outros exercícios	1.408,66€
Conta 7885 restituição de impostos	1.454,46€
Conta 7888 outros	1.112,01€
Conta 7911 – juros de depósitos	7.653,13€

2.2.1.2 Gastos

Conta	Descritivo	Valor	%
62	Fornecimentos e serviços externos	236.170,04 €	33,53%
63	Gastos com pessoal	306.390,83 €	43,50%
64	Gastos de depreciação e amortizações	122.594,11 €	17,41%
65	Perdas por imparidades	4.703,29 €	0,67%
68	Outros gastos e perdas	865,87 €	0,12%
69	Ganhos e perdas de financiamentos	33.589,63 €	4,77%
	Total	704.313,77 €	

Relativamente aos gastos incorridos, constata-se que:

43,50% respeitam a custos com pessoal,

33,53% são custos gerais com fornecimentos externos; dos quais 86.550,85€ com reparações e manutenção do património, 7.011,00€ de trabalhos e serviços especializados, 15.807,00€ com honorários, 32.669,46€ com alimentação dos alunos, 14.511,13€ com eletricidade, água e combustíveis, 9.521,94€ com seguros com pessoal e património, 3.721,03€ com comunicações, 2.410,30€ com deslocações, estadas e transportes, 8.458,49€ com rendas de edifícios e alugueres de viaturas e 16.929,65€ em limpeza, higiene e conforto,

17,41% são amortizações das propriedades de investimento,

0,67% resultam da criação de imparidades relativamente a dívidas,

0,12% outros custos, taxas e impostos

4,77% foi o que representaram os custos de financiamento.

2.2.1.3 Resultados

Quando comparamos os resultados económicos do exercício de 2024 com o orçamento aprovado pela Assembleia Geral para igual período, verificamos que os gastos foram superiores ao previsto em cerca de 12% e as receitas foram superiores ao previsto em cerca de 15,00%. Os resultados por centro de custo, abaixo apresentados, refletem a sustentabilidade económica de cada área de atividade da Cooperativa.

NHC Social

2024

C Custo	Custos	Receitas	Saldo
Sede Social	163.185,84 €	16.376,16 €	-146.809,68€
Gulbenkian	86.962,24 €	127.653,87 €	40.691,63 €
Marrazes	120.176,83 €	218.013,81 €	97.836,98 €
Salvaterra de Magos	17.657,84 €	40.405,47 €	22.747,63 €
Nisa	10.901,30 €	3.967,85 €	-6.933,45 €
Creche José Mateus	269.074,91 €	262.154,77 €	-6.920,14 €
Arroja	36.354,81 €	72.650,49 €	36.295,68 €
	704.313,77 €	741.222,42 €	36.908,65 €
Custos e receitas s/ Sede	541.127,93 €	724.846,26 €	

Distribuição de custos gerais indiretos

Sede Social	163.185,84 €	-146.809,68 €	16.376,16 €	0,00 €
Gulbenkian	86.962,24 €	25.854,89 €	127.653,87 €	14.836,74 €
Marrazes	120.176,83 €	44.156,31 €	218.013,81 €	53.680,66 €
Salvaterra de Magos	17.657,84 €	8.183,69 €	40.405,47 €	14.563,94 €
Nisa	10.901,30 €	803,64 €	3.967,85 €	-7.737,09 €
Creche José Mateus	269.074,91 €	53.096,58 €	262.154,77 €	-60.016,72 €
Arroja	36.354,81€	14.714,56 €	72.650,49 €	21.581,12 €
	704.313,77€	0,00 €	741.222,42 €	36.908,65 €

Todas as atividades libertaram os meios necessários para fazer face aos seus encargos diretos.

Quando se distribuem os custos gerais por cada centro de custos, a Creche José Mateus tem uma exploração económica deficitária, o que tem acontecido desde sempre.

2.2.2 Recursos Humanos

No final de 2024 a NHC Social contava com 12 colaboradores, com a seguinte caracterização:

	Categoria/Função	Centro de Custo	Situação
1	Diretor Geral	Sede	Quadro
1	Diretor de Serviços	Sede	Quadro
1	Técnica Serviço Social	Bairros	Quadro
3	Educadores de Infância	Creche José Mateus	Quadro
5	Auxiliares de educação	Creche José Mateus	Quadro
1	Auxiliar de educação	Creche José Mateus	A termo

Nota: A Direção Técnica da Creche José Mateus é assegurada pela Educadora Liliana Casteleiro.

A este quadro de pessoal corresponde a seguinte estrutura etária:

Entre 18 e 35 anos	2 colaboradores
Entre 35 e 45 anos	4 colaboradores
Mais de 45 anos	6 colaboradores

(a que corresponde uma idade média de cerca de 48 anos)

Quanto a habilitações académicas a distribuição é a seguinte:

Licenciados/Bacharelato	5
12º ano de escolaridade	3
9ª ano de escolaridade	4

O salário mensal médio da NHC Social em 2024 foi de cerca de 1.276,17€, acrescido das restantes regalias sociais em vigor na Cooperativa.

Deu-se continuidade às ações de formação, que têm vindo a dotar todo o pessoal das formações básicas e obrigatórias. No decorrer do corrente ano foram realizadas ações de formação, presenciais e em e-learning, num total de dezoito ações de formação individuais, que totalizaram cerca de duzentas e sessenta e nove horas de formação.

Continuou-se ao longo do ano de 2024, a dar continuidade às ações de formação, de segurança e saúde no trabalho, evacuação de instalações, segurança contra incêndios e os primeiros socorros pediátricos, que sendo de carácter obrigatório, é fundamental que todos os funcionários tenham acesso a estas formações, no decorrer do próximo ano teremos certamente o objetivo cumprido.



Concluindo-se as formações básicas, começaram a ser realizadas algumas formações específicas, para o bom desempenho das funções dos colaboradores, como foi o caso das educadoras, que frequentaram a formação específica relativa às visitas de acompanhamento da segurança social, a diretora técnica frequentou também uma formação específica de noções práticas da direção técnica.

Mantém-se a Certificação HACCP (Higiene e Segurança Alimentar, implementada na Creche José Mateus desde 2017), o que implica por si só uma reciclagem anual no âmbito destas matérias, tendo-se realizado também a respetiva ação de formação.

Também com o mesmo objetivo de aferir critérios, procurar formas eficientes de atuação e, por conseguinte, melhorar a qualidade de serviços prestados aos utentes, continuámos a implementar, de uma forma participada, o Sistema Interno de Gestão (SIG).

2.2.3 Infraestruturas

Em 2024 foram realizadas obras de manutenção e reparação no património habitacional e nos equipamentos escolares na ordem dos 86.550,85€. Foram mantidos os contratos de assistência técnica ao sistema solar térmico em Odivelas e Arroja e aos vários equipamentos instalados na Creche José Mateus. Foram igualmente mantidos os contratos de assistência técnica aos sistemas informáticos.

3 - Situação Económico-financeira

Anexo a este relatório encontram-se:

- ✓ balanço;
- ✓ demonstração de resultados;
- ✓ anexo às demonstrações financeiras;
- ✓ demonstração das alterações de capitais próprios;
- ✓ comparação orçamental;
- ✓ balancete de encerramento.



4 - Aplicação de Resultados

A proposta de aplicação do Resultado Líquido de 2024, no valor de 36.908,65€ (trinta e seis mil e novecentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) é a seguinte:

- ✓ transferir para a conta de Resultados Transitados o montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), afetar a importância de 1.908,65€ (mil novecentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) à conta da Reserva para Educação e Formação Cooperativa.

5 - Fiscalização

Complementarmente a toda a documentação anexa ao presente relatório, apresenta-se o Relatório de Auditoria e o Parecer do Conselho Fiscal.

6 - Considerações finais

Queremos deixar registado o agradecimento pela confiança dos nossos inquilinos, dos encarregados de educação e familiares dos nossos alunos e dos nossos parceiros; Câmaras Municipais de Leiria, Lisboa e Odivelas; Banco de Bens Doados e Segurança Social.

Igualmente um especial agradecimento a todos os fornecedores e prestadores de serviço que nos apoiaram ao longo do ano. E por último, mas não menos importante, agradecer a dedicação e espírito de entajuda dos nossos colaboradores, atores diários das nossas ações e elementos fundamentais para a garantia do nosso crescimento e aprendizagem contínua.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração



Manuel Tereso

Presidente



Jorge Guilherme

Vice-Presidente

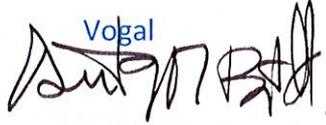
Albertina Mateus

Vogal



António B Coelho

Vogal



José Sanches

Vogal



BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2024

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		98 220,63	97 544,70
Propriedades de investimento		6 902 453,26	7 026 571,34
Goodwill			
Ativos intangíveis		1 332,76	2 665,13
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		350,00	350,00
Créditos a receber		2 324,07	2 324,07
Ativos por impostos diferidos			
		7 004 680,72	7 129 455,24
Ativo corrente:			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes		25 346,16	29 324,93
Estado e outros entes públicos		612,27	
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		885 536,75	488 774,02
		911 495,18	518 098,95
Total do Ativo		7 916 175,90	7 647 554,19
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito		2 700,00	2 700,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		5 450,00	5 450,00
Outras reservas		36 629,17	33 935,96
Resultados transitados		3 596 711,83	3 551 711,83
Excedentes de revalorização		1 380 653,78	1 380 653,78
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		1 112 345,45	1 112 345,45
		6 134 490,23	6 086 797,02
Resultado líquido do período		35 607,62	47 693,21
		6 170 097,85	6 134 490,23
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		6 170 097,85	6 134 490,23
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos		1 217 480,04	1 320 164,58
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		1 217 480,04	1 320 164,58
Passivo corrente:			
Fornecedores		6 924,37	4 910,11
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		6 631,32	6 486,14
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		515 042,32	179 183,65
Diferimentos			2 319,48
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		528 598,01	192 899,38
Total do passivo		1 746 078,05	1 513 063,96
Total do Capital Próprio e do Passivo		7 916 175,90	7 647 554,19

167936905
Alma Brincadeira
 33963

ME *Alma*
A *SM*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		348 191,50	360 819,62
Subsídios à exploração		325 489,19	261 874,20
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(236 170,04)	(168 097,57)
Gastos com o pessoal		(306 390,83)	(268 289,33)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		792,79	803,71
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		54 392,52	8 717,08
Outros gastos		(865,87)	(1 492,15)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		185 439,26	194 335,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(122 594,11)	(122 557,04)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62 845,15	71 778,52
Juros e rendimentos similares obtidos		7 653,13	8,57
Juros e gastos similares suportados		(33 589,63)	(24 093,88)
Resultado antes de impostos		36 908,65	47 693,21
Imposto sobre o rendimento do período		(1 301,03)	
Resultado líquido do período		35 607,62	47 693,21

167936905
 Nova Economia
 33963

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

NHC (SOCIAL) - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE CRL

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2024

1. Identificação da Entidade

A NHC (Social) – Cooperativa de Solidariedade, CRL é uma Cooperativa de solidariedade que se insere no ramo da solidariedade social no sector cooperativo. Tem sede na Rua Fernando Maurício, 37 B, em Lisboa. A Cooperativa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o nº 504391178 e tem um Capital Social mínimo de 2 500€.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, as quais foram consistentes ao longo do exercício de 2024.

Continuidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe nem a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo da compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate.

Propriedades de investimento:

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transacção), subsequentemente, as propriedades de investimento serão depreciadas à taxa legal em vigor.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas.

Activos e passivos financeiros:

- a) *Clientes e valores a receber* – as contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam o seu realizável líquido.

- b) *Fornecedores e outras contas a pagar* – As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade, com as seguintes especificações:

- a) Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
 - i. Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
 - ii. A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

b) Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efectivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade.

Estimativas e pressupostos:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

4. Activos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2024 houve aquisições de activos fixos tangíveis, nomeadamente equipamento básico e administrativo, no valor de 4.981,62€.

As depreciações do exercício, no montante de 122.594.11€, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações".

À semelhança do ano anterior o valor das depreciações relacionadas com os equipamentos adquiridos com o apoio da CASES anulado devido à especialização do exercício para o montante que estava por reconhecer.

5. Clientes

A rubrica "Clientes" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes dos mesmos. Foram recuperados créditos registados na rubrica "Perdas por imparidades acumuladas", no valor de 5.496,08€.

6. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras Contas a Receber e a Pagar" registou ao longo do ano todo o movimento ocorrido nas contas correntes de outros devedores e credores e sofre o ajuste referido no ponto anterior.



7. Financiamentos obtidos

A rubrica "Financiamentos obtidos" reflecte os empréstimos obtidos junto do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e da CGD, empréstimos esses garantidos pela hipoteca dos fogos dos Bairros de Marrazes, Gulbenkian/Odivelas, Salvaterra e Arroja, no caso do IHRU e hipoteca do imóvel da sede, no caso do empréstimo contraído com a CGD.

8. Prestações de Serviços

O valor das prestações de serviços foi em 2024:

- Rendas	- 315.580,12€
- Creche	- 32.611,38€

9. Subsídios à Exploração

O montante registado divide-se da seguinte forma, por entidades:

- ISS	- 227.872,84€
- Câmara Municipal de Odivelas	- 88.410,22€
- Outros	- 9.206,13€

10. Capital Social

A 31 de Dezembro de 2024 o capital era composto por 5 quotas de valor igual, 500€, pertencentes a Albertina Mateus, Manuel Tereso, Jorge Guilherme, NOVACOOOP e António Júlio Coelho; e por 2 quotas de valor igual, 100€, pertencentes a Ana Gonçalves Pires e a José Carlos Sanches.

Todo o capital se encontrava subscrito e realizado.

11. Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício é 35.607,62€ (trinta e cinco mil, seiscentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos).

14





NHC (Social)

Cooperativa de Solidariedade, CRL

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 7.916.176 euros e um total de capital próprio de 6.170.098 euros, incluindo um resultado líquido de 35.608 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

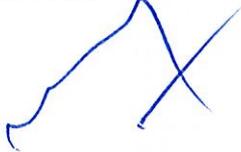


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Joaquim Patricio da Silva".

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patricio da Silva (ROC n.º 320)

registado na CMVM com o n.º 20160076



- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -

- Exercício de 2024 -

Senhores Cooperantes,

1. No cumprimento das disposições legais e do Contrato Social o Conselho Fiscal da «NHC SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.», no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Actividades relativo ao exercício de 2024, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Conselho Fiscal manteve o acompanhamento da actividade através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte. Foram verificadas em particular as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

No seu Relatório de Gestão o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a actividade da Cooperativa no decorrer do exercício.

3. Face ao anteriormente exposto, o Conselho Fiscal é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2024, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício de 36.908,65 euros, apresentada pelo Conselho de Administração, seja aprovada.

Lisboa, 26 de março de 2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL



(Tiago Daniel Conceição Luis)